



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M.E.F. ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA

(Art. 18, inciso X, art. 22 e art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

Processo Administrativo nº	0006.202610001/0001-20
Objeto	Reforma e ampliação da E.M.E.F. Alzira Araújo de Oliveira – Comunidade do Céu, Rodovia PA-154, Soure/PA
Unidade requisitante	Secretaria Municipal de Educação – SEMEC
Unidade técnica	Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos – SEMOTSP
Valor estimado	R\$ 888.562,38
Prazo de execução	120 dias corridos – conclusão prevista em 21/01/2027

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTO

1.1. O presente Mapa de Gerenciamento de Riscos integra a fase preparatória da contratação e atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, bem como ao art. 169, que submete as contratações públicas a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sob as três linhas de defesa ali previstas.

1.2. O documento identifica os eventos de risco relacionados às fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual, avalia sua probabilidade e impacto, e define as ações preventivas, as ações de contingência e os responsáveis pelo seu tratamento, devendo ser revisado e atualizado ao longo de todo o processo, especialmente após a fase de seleção e durante a execução da obra.

2. METODOLOGIA

2.1. Cada risco foi avaliado segundo a **probabilidade** de ocorrência e o **impacto** sobre o objeto, atribuindo-se a cada critério os pesos 1 (baixo), 2 (médio) e 3 (alto). O **nível de risco** resulta do produto entre probabilidade e impacto ($P \times I$), classificando-se o risco em:

Nível ($P \times I$)	Classificação	Tratamento
1 a 2	BAIXO	Aceitar e monitorar
3 a 4	MÉDIO	Mitigar com ações preventivas e monitoramento periódico
6 a 9	ALTO	Tratamento prioritário, com ações preventivas obrigatórias e plano de contingência

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3. MATRIZ RESUMO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Nº	Fase	Risco	P	I	Nível
R01	Planejamento	Deficiência ou divergência entre os elementos técnicos (projeto, especificação, planilha e cronograma)	2	3	6 – ALTO
R02	Planejamento	Orçamento estimado incompatível com os preços de mercado	2	3	6 – ALTO
R03	Planejamento	Ausência ou insuficiência de dotação orçamentária	2	3	6 – ALTO
R04	Seleção	Restrição indevida à competitividade	2	2	4 – MÉDIO
R05	Seleção	Licitação deserta ou fracassada	2	3	6 – ALTO
R06	Seleção	Proposta inexequível ou com “jogo de planilha”	2	3	6 – ALTO
R07	Seleção	Apresentação de documentos ou atestados falsos	1	3	3 – MÉDIO
R08	Execução	Atraso no cronograma físico-financeiro	3	3	9 – ALTO
R09	Execução	Chuvas intensas no período de execução	3	2	6 – ALTO
R10	Execução	Condições ocultas na edificação existente	2	2	4 – MÉDIO
R11	Execução	Execução em desconformidade com o projeto e as normas técnicas	2	3	6 – ALTO
R12	Execução	Acidentes de trabalho e riscos à comunidade escolar	2	3	6 – ALTO
R13	Execução	Inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela contratada	2	2	4 – MÉDIO
R14	Execução	Uso de madeira de origem ilegal e destinação inadequada de resíduos	2	2	4 – MÉDIO
R15	Execução	Atraso na ligação de energia pela concessionária	2	2	4 – MÉDIO
R16	Gestão	Fiscalização deficiente ou intempestiva	2	3	6 – ALTO
R17	Gestão	Medição e pagamento da administração local em descompasso com o avanço físico	2	2	4 – MÉDIO
R18	Gestão	Recebimento definitivo sem a documentação de encerramento	1	2	2 – BAIXO

3.1. Foram identificados **18 riscos**, dos quais **10 classificados como altos**, **7 como médios** e **1 como baixos**, concentrando-se os de maior criticidade nas fases de planejamento e de execução contratual, especialmente quanto ao cumprimento do cronograma, à qualidade da execução e à adequação do orçamento.

4. DETALHAMENTO E TRATAMENTO DOS RISCOS

RISCO R01 – DEFICIÊNCIA OU DIVERGÊNCIA ENTRE OS ELEMENTOS TÉCNICOS (PROJETO, ESPECIFICAÇÃO, PLANILHA E CRONOGRAMA)	
Fase	Planejamento
Causas	Divergências de nomenclatura do objeto, endereço e localidade entre documentos; ausência de detalhamento do BDI.
Consequências	Impugnações, pedidos de esclarecimento, aditivos, paralisação da obra e questionamentos dos órgãos de controle.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Revisão integrada dos elementos técnicos pelo responsável técnico antes da publicação; padronização da denominação do objeto; juntada do detalhamento do BDI e dos encargos sociais (Súmula nº 258 do TCU).
Ações de contingência	Retificação do edital com reabertura de prazo (art. 55, § 1º); termo aditivo devidamente justificado, observados os limites do art. 125.
Responsável	SEMOTSP / Agente de Contratação

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RISCO R02 – ORÇAMENTO ESTIMADO INCOMPATÍVEL COM OS PREÇOS DE MERCADO	
Fase	Planejamento
Causas	Defasagem das bases de referência; erros de quantitativos ou composições; custos logísticos da zona rural do Marajó não refletidos.
Consequências	Licitação deserta ou fracassada (subestimação) ou sobrepreço e dano ao erário (superestimação).
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Uso de SINAPI e SEDOP com datas-base recentes (art. 23, §§ 2º e 3º); revisão da Curva ABC; verificação dos itens de maior peso; atualização do orçamento se a publicação ocorrer após longo intervalo.
Ações de contingência	Revisão do orçamento e republicação do edital; negociação com o primeiro colocado (art. 61).
Responsável	SEMOTSP

RISCO R03 – AUSÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Fase	Planejamento
Causas	Ausência de previsão no PCA; contingenciamento; classificação orçamentária inadequada.
Consequências	Impossibilidade de contratar ou de pagar as medições; nulidade da contratação (art. 150).
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Indicação prévia da dotação na natureza 4.4.90.51.00 e declaração de disponibilidade; inclusão da demanda no PCA na revisão; vinculação a fonte de manutenção e desenvolvimento do ensino.
Ações de contingência	Suplementação ou remanejamento orçamentário; readequação do cronograma de desembolso.
Responsável	Contabilidade / SEMEC

RISCO R04 – RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE	
Fase	Seleção
Causas	Exigências de habilitação desproporcionais; vistoria técnica obrigatória sem alternativa de declaração.
Consequências	Impugnações, representações ao Tribunal de Contas, anulação do certame e sobrepreço.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Exigências limitadas aos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e às parcelas relevantes (Súmula nº 263 do TCU); admissão de declaração de pleno conhecimento em substituição à vistoria (art. 63, § 3º).
Ações de contingência	Revisão do edital por provocação ou de ofício; resposta fundamentada às impugnações.
Responsável	Agente de Contratação / Assessoria Jurídica

RISCO R05 – LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA	
Fase	Seleção
Causas	Baixo interesse das empresas pela localização rural e logística; preços inexequíveis; exigências excessivas.
Consequências	Atraso no início da obra e na entrega da unidade escolar.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Ampla publicidade (PNCP e plataforma eletrônica); prazo adequado de divulgação; orçamento compatível com custos logísticos; tratamento diferenciado a ME/EPP.
Ações de contingência	Repetição do certame com revisão das condições; eventual contratação direta nos termos do art. 75, III, se presentes os requisitos.
Responsável	Agente de Contratação

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RISCO R06 – PROPOSTA INEXEQUÍVEL OU COM “JOGO DE PLANILHA”

Fase	Seleção
Causas	Descontos excessivos; preços unitários desequilibrados em itens de maior quantidade.
Consequências	Abandono da obra, pleitos de reequilíbrio indevidos, aditivos e prejuízo à Administração.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Critério de aceitabilidade de preços unitários e global; análise de inexequibilidade (art. 59, § 4º – 75%); garantia adicional para propostas inferiores a 85% (art. 59, § 5º); exigência de CPU, BDI e cronograma readequados.
Ações de contingência	Diligência para comprovação da exequibilidade (art. 59, § 2º); desclassificação da proposta.
Responsável	Agente de Contratação / SEMOTSP

RISCO R07 – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU ATESTADOS FALSOS

Fase	Seleção
Causas	Má-fé do licitante.
Consequências	Contratação de empresa sem capacidade técnica; inexecução contratual.
Avaliação	Probabilidade: Baixa (1) Impacto: Alto (3) Nível: 3 – MÉDIO
Ações preventivas	Diligências junto aos emitentes dos atestados e ao CREA; exigência de CAT e de contratos/notas fiscais quando necessário.
Ações de contingência	Inabilitação; instauração de processo sancionador (art. 155, VIII e IX) e comunicação ao Ministério Público.
Responsável	Agente de Contratação

RISCO R08 – ATRASO NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Fase	Execução
Causas	Deficiência de mão de obra ou de equipamentos; dificuldade logística de transporte de materiais ao Marajó; atraso na ordem de serviço.
Consequências	Descumprimento do prazo de 21/01/2027; interferência no início do ano letivo de 2027.
Avaliação	Probabilidade: Alta (3) Impacto: Alto (3) Nível: 9 – ALTO
Ações preventivas	Exigência de plano de execução e de mobilização; acompanhamento semanal do avanço físico pelo fiscal; aquisição antecipada de materiais de longo prazo de entrega (laje pré-moldada, esquadrias, madeira).
Ações de contingência	Notificação e aplicação das sanções contratuais; replanejamento do cronograma; prorrogação justificada (art. 111) quando o atraso não for imputável à contratada.
Responsável	Fiscal técnico / Gestor do contrato

RISCO R09 – CHUVAS INTENSAS NO PERÍODO DE EXECUÇÃO

Fase	Execução
Causas	Início do período chuvoso amazônico, que no arquipélago do Marajó se intensifica a partir de dezembro, coincidindo com as etapas de cobertura, pavimentação e pintura.
Consequências	Paralisação de frentes externas, danos a serviços executados e atraso.
Avaliação	Probabilidade: Alta (3) Impacto: Médio (2) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Priorização da estrutura e da cobertura nas 1ª e 2ª etapas; proteção provisória das áreas; planejamento de serviços internos para dias chuvosos.
Ações de contingência	Registro dos dias impraticáveis no Diário de Ocorrências e prorrogação do prazo mediante apostila, quando comprovado o impedimento.
Responsável	Contratada / Fiscal técnico

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RISCO R10 – CONDIÇÕES OCULTAS NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE

Fase	Execução
Causas	Deterioração estrutural, de fundações ou de instalações não visível no levantamento.
Consequências	Necessidade de serviços não previstos, acréscimos de quantitativos e aditivos.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Vistoria técnica pelas licitantes; regime de empreitada por preço unitário; inspeção inicial conjunta registrada no Diário de Ocorrências.
Ações de contingência	Aditivo justificado tecnicamente, nos limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
Responsável	Fiscal técnico / SEMOTSP

RISCO R11 – EXECUÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM O PROJETO E AS NORMAS TÉCNICAS

Fase	Execução
Causas	Mão de obra não qualificada; materiais inadequados; ausência do responsável técnico.
Consequências	Vícios construtivos, retrabalho, riscos à segurança dos usuários.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Aprovação prévia de materiais; ensaios quando necessário; presença permanente do responsável técnico; fiscalização técnica efetiva (art. 117).
Ações de contingência	Rejeição dos serviços e determinação de refazimento às expensas da contratada (art. 119); aplicação de sanções.
Responsável	Fiscal técnico

RISCO R12 – ACIDENTES DE TRABALHO E RISCOS À COMUNIDADE ESCOLAR

Fase	Execução
Causas	Descumprimento das Normas Regulamentadoras; canteiro não isolado; obra em ambiente com circulação de alunos.
Consequências	Danos à integridade física de trabalhadores, alunos e terceiros; responsabilização civil.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Exigência de engenheiro de segurança do trabalho; uso obrigatório de EPI; isolamento e sinalização do canteiro; realocação temporária das atividades escolares.
Ações de contingência	Paralisação imediata da frente de serviço; acionamento do seguro; comunicação aos órgãos competentes.
Responsável	Contratada / SEMEC / Fiscal

RISCO R13 – INADIMPLENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS PELA CONTRATADA

Fase	Execução
Causas	Fragilidade financeira da contratada.
Consequências	Responsabilização subsidiária ou solidária da Administração (art. 121, §§ 2º e 3º); paralisação da obra.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Exigência de regularidade fiscal e trabalhista em cada medição; índices contábeis na habilitação; garantia contratual de 5%.
Ações de contingência	Retenção de pagamentos e execução da garantia (art. 121, § 3º); rescisão contratual.
Responsável	Gestor do contrato

ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RISCO R14 – USO DE MADEIRA DE ORIGEM ILEGAL E DESTINAÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS	
Fase	Execução
Causas	Fornecedores irregulares; ausência de controle ambiental no canteiro.
Consequências	Infração ambiental, responsabilização e dano à imagem da Administração.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Exigência de DOF para madeira de lei; plano de gerenciamento de resíduos conforme CONAMA nº 307/2002.
Ações de contingência	Rejeição do material; comunicação ao órgão ambiental; sanções contratuais.
Responsável	Fiscal técnico

RISCO R15 – ATRASO NA LIGAÇÃO DE ENERGIA PELA CONCESSIONÁRIA	
Fase	Execução
Causas	Prazos próprios da concessionária para análise e ligação da nova entrada de energia.
Consequências	Impossibilidade de entrega da unidade em funcionamento pleno.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Protocolo antecipado junto à concessionária assim que concluído o padrão de entrada; acompanhamento pelo fiscal.
Ações de contingência	Ligação provisória; prorrogação do recebimento definitivo pelo prazo da pendência externa.
Responsável	Contratada / SEMOTSP

RISCO R16 – FISCALIZAÇÃO DEFICIENTE OU INTEMPESTIVA	
Fase	Gestão
Causas	Ausência de designação formal; sobrecarga do fiscal; distância da obra em relação à sede.
Consequências	Medições indevidas, pagamento por serviços não executados, vícios não detectados.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Alto (3) Nível: 6 – ALTO
Ações preventivas	Designação formal de fiscal técnico e gestor (arts. 7º e 117); visitas periódicas programadas; boletins de medição com memória de cálculo e registro fotográfico.
Ações de contingência	Glosa de valores; revisão de medições; apuração de responsabilidade.
Responsável	Gestor do contrato / SEMOTSP

RISCO R17 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL EM DESCOMPASSO COM O AVANÇO FÍSICO	
Fase	Gestão
Causas	Pagamento da administração local em parcelas fixas mensais.
Consequências	Antecipação de pagamento sem contraprestação, em afronta ao Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário.
Avaliação	Probabilidade: Média (2) Impacto: Médio (2) Nível: 4 – MÉDIO
Ações preventivas	Medição da administração local proporcional ao percentual executado da obra, conforme Especificação Técnica e Projeto Básico.
Ações de contingência	Glosa e compensação nas medições seguintes.
Responsável	Fiscal técnico

RISCO R18 – RECEBIMENTO DEFINITIVO SEM A DOCUMENTAÇÃO DE ENCERRAMENTO	
Fase	Gestão
Causas	Ausência de “as built”, certificados de garantia, ART de execução ou demais documentos.
Consequências	Dificuldade de manutenção futura e de responsabilização por vícios.
Avaliação	Probabilidade: Baixa (1) Impacto: Médio (2) Nível: 2 – BAIXO
Ações preventivas	Condicionamento da última medição e do recebimento definitivo à entrega da documentação (item 12 da Especificação Técnica).
Ações de contingência	Retenção da última medição e da garantia até a regularização.
Responsável	Gestor do contrato



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5. ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

5.1. Os riscos inerentes à execução da obra, tais como produtividade da mão de obra, disponibilidade de materiais e equipamentos, logística de transporte, cumprimento das normas técnicas e de segurança do trabalho e vícios construtivos, são **alocados à contratada**, que os precificou em sua proposta por meio do BDI. Permanecem com a **Administração** os riscos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, força maior, caso fortuito, fato do príncipe e alterações unilaterais do projeto, tratados segundo os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Considerando o valor estimado da contratação, que não a caracteriza como de grande vulto, e o regime de empreitada por preço unitário, não se exige matriz de alocação de riscos como cláusula contratual obrigatória (art. 22, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), sendo suficiente o presente mapa como instrumento de gestão.

6. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO

6.1. O presente Mapa deverá ser atualizado: (i) ao final da fase de seleção do fornecedor; (ii) antes da emissão da Ordem de Serviço; (iii) mensalmente durante a execução, por ocasião das medições; e (iv) sempre que identificado novo risco ou alteração relevante na avaliação dos riscos existentes, cabendo ao gestor e ao fiscal do contrato registrar as ocorrências e as medidas adotadas.

Soure/PA, 05 de outubro de 2026.

MARIVALDO S SENA Assinado de forma digital
por MARIVALDO S SENA

Marivaldo Sarmento Sena
Presidente da Equipe de Planejamento

Luiz Claudio Assinado de forma
digital por Luiz Claudio
Pimentel Santos Pimentel Santos

Luiz Claudio Pimentel Santos
Membro da Equipe de Planejamento

KESIA MOURA DE Assinado de forma digital por KESIA
MOURA DE MOURA:00020740280
MOURA:00020740280

Kesia Moura de Moura
Suplente da Equipe de Planejamento



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SERGIO OSWALDO
LOBATO PAIXAO:
30174759215

Assinado de forma digital por
SERGIO OSWALDO LOBATO
PAIXAO: 30174759215

SÉRGIO OSWALDO LOBATO PAIXÃO

Engenheiro Civil – CREA-PA 9.138-D
Integrante técnico – SEMOTSP

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Mapa de Gerenciamento de Riscos, nos termos do art. 18, X, da Lei nº 14.133/2021.

CLEBIA DO SOCORRO
SALVADOR
MACIEL:68636253268

Assinado de forma digital por
CLEBIA DO SOCORRO SALVADOR
MACIEL:68636253268

CLEBIA DO SOCORRO SALVADOR MACIEL

Secretária Municipal de Educação de Soure/PA